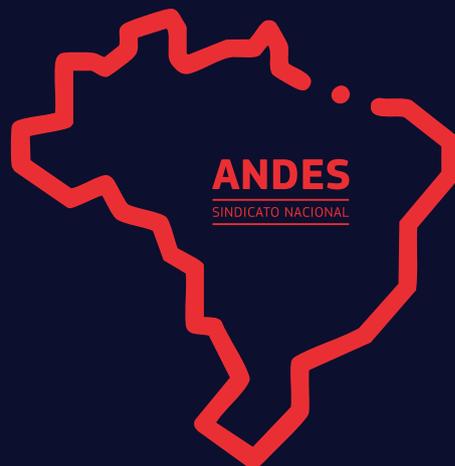


5 razões pelas quais afirmamos:

REFORMA ADMINISTRATIVA

Se é ruim para o serviço público, é **PÉSSIMO** para o **BRASIL**.



Desde junho de 2025 está instalado o GT da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, com o objetivo de produzir uma proposta de emenda constitucional (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL) e viabilizar um conjunto de mais de 70 medidas relacionadas à organização e funcionamento da administração e dos serviços públicos. Embora o GT ainda não tenha apresentado seu relatório, o presidente da Câmara, Dep. Hugo Motta (REP-PB), convocou uma comissão geral no último dia 3 de setembro, anunciando a intenção de apressar a tramitação dessa contrarreforma, considerada a prioridade deste segundo semestre. A seguir apresentamos 5 razões pelas quais temos afirmado que se a Reforma Administrativa é ruim para o serviço público, ela é péssima para o Brasil.

01 Precarização generalizada

As propostas apresentadas até o presente momento incluem uma tentativa de modificar o Art. 37 da Constituição para remover a expressão “excepcional interesse público” quanto às contratações temporárias. O objetivo é criar um Cadastro Nacional de Contratos Temporários, generalizando o trabalho precarizado, sobretudo em estados e municípios. Na prática, isso significa o fim dos concursos públicos para efetivos e um desmonte dos serviços públicos.



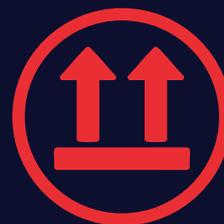
02 Foco na quantidade, não na qualidade



Outra proposta já tornada pública é a de estabelecer um sistema de metas por órgão da administração pública, no qual todas as esferas da administração teriam 180 dias a cada ciclo de gestão para estabelecer quais os objetivos a serem alcançados. Além disso, o atendimento das metas seria considerado nos Programas de Gestão de Desempenho (PGDs) das servidoras e servidores. Na prática, isso significa desconsiderar as principais necessidades da população em diferentes regiões ou as peculiaridades de cada serviço público prestado, colocando todo o foco na quantidade de atendimentos e não na qualidade.

03 Estabilidade fragilizada, apadrinhamentos fortalecidos

A instituição de Programas de Gestão de Desempenho (PGDs) em todas as esferas da administração e dos sistemas de metas por órgão, vai permitir que mesmo servidoras e servidores no topo das carreiras venham a ser demitidos, caso não consigam atingir os objetivos individuais estabelecidos. A soma dessa nova realidade com a generalização dos contratos temporários significa que as servidoras e servidores terão cada vez menos autonomia no exercício do interesse público e que haverá ainda mais espaço para os apadrinhamentos políticos e para o assédio moral.



04 Mais arrocho nos salários, mais ataques às aposentadorias



Vinculada à instituição dos Programas de Gestão de Desempenho (PGDs), há uma proposta de converter parte dos salários de servidoras e servidores em bônus de desempenho, constituídos em parte pela avaliação individual e em parte pela avaliação do sistema de metas dos órgãos. Essa proposta vem acompanhada da intenção de instituir uma “tabela única” salarial para as carreiras e um possível achatamento salarial generalizado, que vai prejudicar a renda geral das servidoras e servidores, afetando a economia brasileira. Além disso, não há previsão de que os bônus sejam extensíveis às servidoras e servidores aposentados, o que vai gerar ainda mais deterioração das aposentadorias.

05 Prejuízos para todos/as, privilégios para poucos/as

No serviço público civil da esfera federal, mais de 36% das servidoras e servidores recebem entre 2 e 6 salários mínimos. A situação é ainda mais grave nos estados e municípios, onde as médias salariais são ainda mais baixas. Todas essas servidoras e servidores serão afetados se as medidas já anunciadas pelo GT forem efetivamente aprovadas. Apesar disso, os parlamentares ligados ao GT tem feito enorme propaganda da Reforma como necessárias para acabar com supersalários e privilégios que só se aplicam a menos de 0,3% das servidoras e servidores, notadamente na magistratura e no MPU. Com isso, justifica-se o prejuízo para todos, omitindo que haverá manutenção de privilégios para poucos, como no caso das Forças Armadas e alguns outros poucos setores.

